



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

O ACESSO DO JOVEM À EDUCAÇÃO SUPERIOR FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DO SISTEMA CAPITALISTA

Rafael Gonçalves dos Santos¹

Leandra Marina de Oliveira Guilherme²

Resumo: Este trabalho objetiva analisar, através da pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, as condições de acesso dos jovens à educação superior, a fim de identificar as desigualdades sociais presentes para a consolidação de um sistema de ensino universal, de modo a reduzir os índices de evasão escolar com políticas de permanência estudantil enquanto resistência à ofensiva neoliberal.

Palavras-chave: acessibilidade. desigualdade social. jovem. ensino superior público.

Abstract: This paper aims to analyze, through bibliographical and documentary research, qualitative aspects about the access of young people to higher education, in order to identify the social inequalities present for the consolidation of a universal education system, in order to reduce the index of school evasion with policies of student permanence as resistance to the neoliberal offensive.

Keywords: accessibility. social inequality. youth. public higher education.

INTRODUÇÃO.

O presente ensaio tem como objetivo analisar, por meio de uma abordagem qualitativa, as condições de acesso dos jovens à educação superior, identificando as desigualdades sociais presentes para a consolidação de um sistema de ensino universal e de qualidade. Através de estudos bibliográficos, serão promovidas análises aprofundadas do sistema educacional brasileiro diante da lógica capitalista contemporânea, a fim de desconstruir e construir novos conceitos direcionados ao papel educacional na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a pesquisa documental contribuirá para a promoção de estudos detalhados acerca dos dados e informações referentes à política educacional no Brasil. Serão realizadas análises com o aporte teórico de autores que possuem um referencial crítico-dialético, dentre eles, (SAVIANI, 1993), (CHAUI, 2001), (BOURDIEU, 1998) e (FREIRE, 1996), a fim de contribuir para a promoção de estudos de cunho crítico e avaliativo em relação à estrutura da legislação que regulamenta os níveis do sistema

¹ Estudante de Graduação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Franca/SP, E-mail: rafaelga229@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Franca/SP, E-mail: rafaelga229@gmail.com.

educacional brasileiro, isto é, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº9394/96).

Pensar a política educacional nos dias atuais é reconhecê-la como um dos maiores desafios a serem enfrentados no Brasil para a garantia de um acesso universal e de qualidade. Surge desse modo, a necessidade de analisar os modelos pedagógicos vigentes, tais como: a escola tradicional, a escola nova e a escola técnica, que predominaram a esfera educacional do país e, assim, buscar entender o passado, para se compreender a atual conjuntura educacional, pensando em mudanças estruturais positivas para o futuro.

Ao percorrer o contexto histórico da educação no Brasil, já durante o período colonial brasileiro, a educação era encarada como um impasse no processo de exploração de recursos naturais, sendo totalmente desencorajada. No século XX, a educação é considerada um direito de todos garantido pelo Estado, porém, pela falta de intervenção estatal e investimentos na área, a educação brasileira sofre um intenso descaso que transcorre até os dias atuais, vista em geral como um instrumento ideológico para ajustar e adaptar os indivíduos na sociedade, com o intuito de combater a marginalidade vista como ameaça à estabilidade do sistema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) surge com o objetivo de coordenar as diretrizes e bases da educação nacional, regulamentar a estrutura educacional brasileira, como também explicar as modalidades de ensino do país em instituições de ensino público e privado. Dentre os aspectos centrais desta legislação, destaca-se a obrigatoriedade do acesso gratuito para a faixa etária dos 4 aos 17 anos (pré-escola ao ensino médio) em Estados e municípios, bem como o progresso das práticas de ensino, valorizando profissionais da educação. Porém, esta legislação apresenta dificuldades de acesso aos planos de aperfeiçoamento profissional, direcionada sob uma visão tradicionalista de ensino, além de determinar no artigo 80 da LDB, o ensino a distância, pois de acordo com a Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Apesar do acesso à educação ser um direito social previsto na Constituição de 1988, o ingresso ao ensino superior atualmente dispõe de vagas insuficientes para atender a demanda estudantil nas universidades públicas, elevando as taxas de instabilidade e exclusão social.

Em 2005, o Governo Federal implantou o processo de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com o intuito de reformar a Educação Superior no Brasil. Entretanto, com o aumento de cursos profissionalizantes, flexibilização dos currículos e o emprego da seleção de estudantes sob a perspectiva de meritocracia nos vestibulares, a

qualidade do ensino e as realizações de pesquisas acadêmicas ofertadas tornaram-se precárias, elevando os índices de evasão escolar.

O governo de Michel Temer aprovou a reforma do ensino médio, por meio da Lei nº 13.415 de 2017 alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Este novo modelo de ensino prevê mudanças na carga horária e na grade curricular do aluno, além de estimular a formação profissional técnica, que gera benefícios ao setor privado com o desenvolvimento de uma mão de obra barata. Entretanto, o ensino tecnicado objetiva, sobretudo, garantir a formação de alunos técnicos que somente aplicam o que aprendem sem exercitar o pensamento, o engajamento analítico e crítico em determinadas situações cotidianas.

A partir da década de 1970, observa-se a predominância de um modelo educacional pragmático, voltado à produção competitiva e excludente. Dessa forma, surge a necessidade de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior público pelos jovens das classes populares urbanas e criar medidas interventivas para combater as barreiras impostas à permanência estudantil, principalmente dos estudantes da classe trabalhadora, através de estudos das expressões da questão social, expandindo os espaços para assistência estudantil em municípios. Deve-se, portanto, garantir maior qualidade de ensino fundamental e médio públicos para expandir os índices de inclusão estudantil ao ensino superior, principalmente dos estudantes que não possuem condições financeiras de arcar com as mensalidades previstas no ensino superior privado. Assim, segundo a reflexão de Paulo Freire (1984, p.69): “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. Deve-se criar, portanto, medidas interventivas em oposição à ofensiva neoliberal, que substituiu a formação crítica pela tecnicista, reduz a qualidade de ensino, objetivando substituí-lo pelo ensino à distância por apresentar baixos custos em prol do setor privado.

O ACESSO DO JOVEM À EDUCAÇÃO SUPERIOR FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DO SISTEMA CAPITALISTA.

Ao analisar o caráter que as políticas públicas assumiram na atual conjuntura societária, principalmente no que diz respeito à garantia do direito de acesso a serviços básicos, observa-se que a mesma se apresentou como uma nova problemática no processo de expansão de vagas em instituições de ensino superior público ou privado, para estudantes negros e oriundos de camadas populacionais mais pobres e discriminadas pela

população, os quais constituem uma nova realidade de estudantes trabalhadores. Logo, o sistema educacional passou a contribuir para a superação da marginalidade, vista como ameaça à estabilidade do sistema capitalista, contribuindo para a formação de estudantes eficientes, isto é, de uma mão de obra barata, de modo a assegurar o aumento da produtividade.

Apesar de muitas universidades terem garantido a ampliação do direito de acesso de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas oriundos de setores sociais mais pobres, pode-se identificar a inexistência de programas que pudessem, de fato, contribuir para a garantia da permanência estudantil, fornecendo orientações acadêmicas, assegurando, assim, novas alternativas capazes de enfrentar os índices de exclusão, evasão e abandono escolar tomada por iniciativa dos estudantes.

Desse modo, os processos educativos devem adotar uma perspectiva emancipatória, no qual tanto a educação quanto o trabalho apontam para reflexões críticas sobre a realidade em seu contexto histórico, entendido enquanto instrumento de defesa da justiça, autonomia e dignidade dos estudantes, fundada numa dimensão ética. Ao mesmo tempo, a relação entre professores, alunos e escolas deve, a partir de uma construção coletiva, apoiar-se numa visão crítica da sociedade, contribuindo, assim, para o exercício da cidadania.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 57-76), existem dois tipos de educação, a primeira refere-se à educação bancária, que objetiva formar uma mão de obra barata para satisfazer as necessidades do mercado, cujo processo de apreensão dos conhecimentos não é devidamente valorizado sobre um olhar crítico da conjuntura social. Já o outro tipo de educação diz respeito à educação emancipatória ou problematizadora, onde estudantes constroem conhecimentos, cujo aprendizado é adquirido coletivamente, a fim de atender às necessidades dos alunos e não se submetendo à lógica do mercado. Dessa forma, os pensamentos produtivistas, tecnicistas e mercantilistas devem ser superados, pois os mesmos contribuem para a construção de uma Educação Popular Tecnológica que apenas se preocupa com os níveis de empregabilidade, rentabilidade dos donos dos meios de produção, sem atentarem-se, de fato, para a plena efetivação da cidadania sobre a dimensão do trabalho, o que resulta, conseqüentemente, no aumento da exclusão e da desigualdade social, cujos excluídos são aqueles que não se adequaram aos padrões estabelecidos pelo sistema capitalista contemporâneo. Com isso, observa-se que a sociedade passou a ser dividida não mais por interesses, mas sim por aqueles que são produtivos e por isso fazem parte dela, e, por aqueles que são vistos como improdutivos considerados inúteis, e que dela deixaram de fazer parte.

Diante do caráter assumido pelo sistema capitalista, surge o desafio de compreender e analisar a relação que passou a constituir a realidade de muitos estudantes das classes populares urbanas, ou seja, as relações entre trabalho e a educação. O trabalho é enxergado como uma práxis cultural, social, produtiva, onde o ser humano transforma a natureza com o intuito de atender às suas necessidades materiais, culturais, sociais, dentre outras. Todavia, de acordo com Antunes (1999, p. 146), ao mesmo tempo em que o trabalho pode realizar o homem, também pode aliená-lo, pois nota-se que o trabalho passou a assumir a forma de mercadoria, não demonstrando um valor em si, cuja origem advém das relações de troca. Concomitantemente, os avanços dos meios de comunicação em massa, tal como das novas tecnologias da informação e comunicação imprimiram para as instituições de ensino uma visão do novo trabalhador, que sustenta a ampliação de reformas educacionais levadas a cabo por empresas, organizações internacionais, tais como o Banco Mundial. Como consequência dessas reformas, criam-se, assim, trabalhadores polivalentes que sustentam a manutenção de uma educação tecnicista, bancária e utilitarista.

Acompanhando essa dimensão, pode-se observar cada vez mais o aumento das exigências por parte de tais empresas e organizações para que a classe trabalhadora passasse a investir em seu próprio capital humano, isto é, em suas habilidades, potencialidades e conhecimentos particulares com o intuito de se destacar no mercado de trabalho.

Nesse intuito, a intervenção da política neoliberal sob o sistema educacional enxergam as redes de ensino enquanto empresas, cujos estudantes são vistos como consumidores de seus serviços prestados. Logo, é necessário articular mecanismos de defesa para assegurar a formação integral de estudantes autônomos, a fim de propor análises reflexivas que apresentem condições para se autogovernarem. O sistema educacional também deve ampliar as relações entre ensino e aprendizagem, assegurando sua conservação e, ao mesmo tempo, a expansão da cultura escolar diante das ameaças onipresentes.

A partir dessas considerações, observa-se que os conhecimentos apreendidos passaram a atuar como capital cultural, sustentando, assim, os sistemas de exclusão e de privilégios. Logo, Bourdieu (1998, p. 53), observou que o ensino nas escolas não era transmitido de forma democrática e igualitária para todos os alunos, tal como pretendiam aparentar, o qual estudantes pertencentes às classes sociais mais favorecidas possuíam uma herança chamada de capital cultural. Desse modo, a cultura corresponde a valores e significados que podem orientar e dar personalidade a um grupo social. Já o capital cultural, pode ser compreendido como uma metáfora apresentada por Bourdieu (1998) para explicar como a cultura em uma sociedade dividida em classes se transforma em uma espécie de

moeda, os quais as classes dominantes a utilizam, acentuando, conseqüentemente, as diferenças entre classes. Logo, a cultura passou a ser vista como um instrumento de dominação. Além disso, as classes dominantes passaram a impor às classes dominadas sua própria cultura, atribuindo-lhe um valor incontestável. Ao perceber esta dinâmica, Bourdieu (1998) a batizou como arbitrário cultural dominante, isto é, no fato de uma cultura se impor sobre a outra. Contudo, Bourdieu (1998) acreditava haver uma saída para tal violência simbólica. Bastava apenas tornar explícito o verdadeiro ensino das escolas que fora velado. Assim, observa-se que o capital cultural corresponde à condição dos indivíduos durante sua vida, podendo afirmar, portanto, que o conhecimento é um capital cultural, apresentando, igualmente, questões relacionadas à institucionalidade.

A dimensão política das universidades públicas brasileiras não assumiu o compromisso, segundo Chauí (2001, p. 46), de combater o autoritarismo social, bem como as exclusões organizacionais, a fim de prover pela democratização dos saberes sobre a estrutura societária, pois fica evidente que, as universidades passaram a preocupar-se somente com a formação de uma mão de obra barata profissional, tal como pela excelência na produção da pesquisa, resultando na separação entre docência e pesquisa. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino superior adotaram uma organização social, operando, portanto, sobre a lógica das empresas capitalistas contemporâneas.

Creio que a universidade tem hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual. Se a universidade brasileira está em crise é simplesmente porque a reforma do ensino inverteu seu sentido e finalidade – em lugar de criar elites dirigentes [que marcou, por um tempo, a aspiração do modelo liberal de universidade], está destinada a adestrar mão de obra dócil para um mercado sempre incerto. E ela própria ainda não se sente bem treinada para isto, donde sua ‘crise’. (CHAUÍ, 2001, p. 46).

Em 1971 o Ministério da Educação (MEC), juntamente com a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) desenvolveu um projeto que previa a reforma do ensino, conhecido como projeto MEC-USAID, afirmando haver três formas de educação: a primeira objetiva garantir a educação e o desenvolvimento, com o intuito de adiantar o processo de formação profissional, atendendo às necessidades do país, cuja reforma objetivava a criação de uma força de trabalho especializada voltado para o mercado. A segunda corresponde à educação e a segurança, fundada em valores conservadores, contribuindo para a criação das disciplinas de “Educação moral e cívica”, no ensino primário e secundário, e dos “Problemas Brasileiros”, no ensino superior, o que resultou em última análise, na eliminação da disciplina de Filosofia da grade curricular. Por

último, há a educação e a comunidade, pautada em uma aliança formada entre as redes de ensino e a comunidade, representando patronatos e empresários ao invés de caracterizar a verdadeira sociedade política organizada. Ao analisar as transformações em curso no interior do sistema de ensino, pode-se verificar que a educação sofrera burocratizações, fator este que levou a redução de direitos em espaços públicos por um lado, e a ampliação de espaços privados e de interesses por outro, marcada pelas progressivas privatizações das redes de ensino no período da ditadura civil-militar, cujas ações do Estado consideravam, minimamente, a educação enquanto direito universal.

De acordo com as análises de Chauí (2016, p. 3), a universidade pública atravessou três fases essenciais. No período da ditadura civil-militar (1964-1984), a universidade fora interpretada como uma universidade funcional, pautada na rápida formação da mão de obra qualificada, do ponto de vista tecnológico, para o ingresso ao mercado de trabalho, realizando reformas nos currículos, desenvolvendo programas para assegurar a inserção de estudantes ao mercado e aprofundando, assim, a separação entre docência e pesquisa. Já no período da Nova República (1985-1994), a universidade se transformou em uma universidade de resultados, os quais se importavam somente com a qualidade e a quantidade de pesquisas produzidas, apresentando, assim, novas dimensões de eficiência, produtividade e competitividade sob a lógica do mercado. Na última fase, nos períodos entre 1994 a 2002, surge a universidade operacional, marcada pelos efeitos do capitalismo, do neoliberalismo, tal como da ideologia pós-moderna. Logo, observa-se que, com os efeitos das transformações sobre a sociedade brasileira no final dos anos 1990, a Reforma do Estado, no governo Fernando Henrique Cardoso, passou a enxergar a universidade não mais enquanto instituição social, mas como uma organização social.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões administrativos inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, [ela] está pulverizada em micro organizações que ininterruptamente ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho do conhecimento. A heteronomia da universidade é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Voltada para o seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna. CHAUI (2016, p. 3).

É possível, desse modo, articular as transformações em curso nas universidades à dimensão do modo de produção capitalista que compreende dois aspectos convergentes que apresentam efeitos tanto para a educação quanto para as instituições de ensino. O primeiro corresponde à perspectiva contemporânea do capital que transforma o espaço

social, fundado na universalização da produção, homogeneização do espaço social, tal como pela circulação de mercadorias para a administração de setores. No segundo aspecto, o capital atuou sobre a esfera da vida social de forma fragmentado ao ser atribuído o seu modo de acumulação flexível. Contudo, a lógica organizacional diz respeito a uma prática social orientada por mecanismos que objetivam ajustar os meios aos fins.

Ao mesmo tempo, a lógica operacional alterou a compreensão das dimensões básicas das instituições de ensino superior entre a docência, que passou a contemplar a velocidade de transmissão de conhecimentos, a fim de capacitar alunos para lidarem com o mundo do trabalho; e a pesquisa, reduzindo-se à forma de estratégia de intervenção e gestão de um campo fragmentado da realidade, tomando posse, assim, de instrumentos para direcionar suas intervenções. Vale ressaltar que, na relação entre docência e pesquisa, perde-se a capacidade de formular reflexões críticas e de inovar em trabalhos que exigem esforços do pensamento.

Considerando o caminho percorrido pelas universidades públicas, fica claro que sua estrutura passou a incorporar a ideologia neoliberal, isto é, o pós-modernismo. Ao mesmo tempo, surge a necessidade de uma nova relação que deve ser afirmada entre o Estado e a educação, atravessando alterações dos fundos públicos, com o intuito de assegurar a garantia dos direitos sociais, associando a relação das instituições de ensino com a sociedade, principalmente no que se refere ao processo de pesquisa de modo a permitir o alcance social de todo o conhecimento que fora apreendido.

Em uma entrevista realizada para o jornal Valor Econômico³ no dia 28 de janeiro de 2019, o ex-ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodriguez, afirmou que “a ideia de universidade para todos não existe”, acrescentando que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica”, deixando evidente que o acesso ao ensino superior deve ser reservado a um grupo elitizado. Dessa forma, torna-se explícito que a postura assumida pelo ex-ministro da Educação fere diretamente aos direitos dos cidadãos, uma vez que consistem em valores universais inegociáveis, opondo-se ao fornecimento de benefícios particulares voltados para grupos elitizados.

Ao mesmo tempo, identifica-se sobre a sociedade expressões de racismo estrutural, cultivando, por exemplo, a ideia de que populações negras não possuem a capacidade de exercer postos de maior importância em um espaço dominado por brancos, isto é, por uma elite intelectual. Embora atualmente a implantação integral de direitos não seja diretamente colocada em prática, os mesmos devem ser conquistados por meio de reivindicações e

³ O jornal Valor Econômico possui ênfase no setor econômico, político, negócios brasileiros e na área de finanças, originário da parceria entre os grupos Folha e Globo na cidade de São Paulo. Sua primeira edição fora publicada em 2 de maio de 2000 (Valor Econômico Online, 2019). Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

mobilizações coletivas a fim de garantir um conjunto total dos direitos de cidadania, com ampla participação popular e lutas por maior liberdade e igualdade com vista à inclusão social.

O ex-ministro ainda ressalta que cursos técnicos fornecem um retorno financeiro mais imediato em relação à graduação. Tal afirmação deixa claro que, pautado sobre uma lógica empresarial, autoritária, mercadológica, produtivista e rentista, a educação profissional tornou-se um dos principais pilares para a retomada do crescimento econômico do país, tendo em vista a apreensão de conhecimentos que sejam somente úteis para que estudantes ingressem diretamente no mercado com o intuito de expandir postos de trabalho informais, a fim de potencializar a competitividade entre o mercado nacional e internacional, bem como em implantar um determinismo tecnológico inovador, fator este que permeia os objetivos previstos pela reforma do Ensino Médio, aprovada pelo governo de Michel Temer através da Lei nº 13.415 de 2017, que se traduz numa contradição ético-política, suprimindo os direitos sociais de modo a administrar as expressões da questão social, estimular o investimento em capital humano e atender as necessidades impostas pelo mercado.

Outro aspecto relevante a ser tratado refere-se a um intrínseco processo marcado pela crescente precarização, exigência de produtividade e intensificação do trabalho profissional dos docentes nas universidades públicas (contradições estas advindas, entre 1970 e 1980, da expansão de contratações de docentes com intensa flexibilização, arrocho salarial e, sobretudo, cortes dos direitos que assegurem melhores condições de trabalho e salários mais dignos aos docentes).

Dessa forma, tais aspectos reafirmam o perfil de uma atuação cada vez mais estreita nos campos de organização e gestão de disciplinas a serem ministradas, resultando, conseqüentemente, num exercício profissional que não esteja vinculado a uma atuação interdisciplinar, isto é, sem promover um diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento que compõem o sistema de ensino. Logo, o desenvolvimento de programas e projetos pedagógicos coletivos voltados para a garantia do ingresso às universidades públicas tornou-se limitado, enquanto produto de uma participação restrita nos campos de organização, planejamento e divulgação de planos de ensino que garantam maior autonomia para os docentes atuarem em espaços deliberativos juntamente com estudantes das classes populares urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, por meio de uma revisão crítica da atual configuração das políticas educacionais, tal como das metodologias de ensino implantadas no país, a presente

pesquisa busca estudar e analisar os impactos e consequências provocadas pela reforma educacional às redes de ensino fundamental e médio, bem como nas instituições de ensino superior, diante dos novos desafios presentes no processo de acesso de populações afrodescendentes, bem como das camadas sociais mais pobres nas universidades públicas, com o objetivo de explorar e conhecer, por meio da aplicação de questionários estruturados, a realidade em que tais estudantes estão inseridos, seja de escolas públicas ou particulares, buscando compreender quais os seus anseios, objetivos acadêmicos e profissionais frente às desigualdades sociais do sistema capitalista, com o intuito de articular movimentos de lutas e de trabalhos sociais para o enfrentamento do aumento dos números de evasão escolar, exclusão e segregação racial e, ao mesmo tempo, incentivando maior liberdade de expressão, inserção social e simbólica destes estudantes.

Surge, ao mesmo tempo, o dever de refletir a centralidade da educação pública no país, tendo em vista o aprofundamento de seu descaso com o governo vigente, principalmente em decorrência da aprovação do Ministério da Educação (MEC), pois no mês de abril, segundo os dados da Revista Fórum Online, publicado em 28 de janeiro de 2019, houve o bloqueio de verbas das universidades federais, as quais foram congelados cerca de R\$ 1,7 bilhões com despesas discricionárias (água, energia elétrica, compra de materiais básicos, produção de pesquisas e contratação de profissionais terceirizados), assim com em relação às despesas obrigatórias (pagamento de dívidas, salários, aposentadorias). Logo, deve-se enfatizar a necessidade de criação de propostas interventivas no âmbito das políticas educacionais, bem como da realização de movimentos populares e estudantis que possibilitem desenvolver estratégias de resistência frente ao desmonte da educação pública, com o intuito de contribuir para a ampliação das oportunidades de acesso e de permanência dos estudantes das classes populares urbanas à educação superior.

Ademais, na tentativa de se esclarecer as reais transformações que atravessaram nossas raízes históricas, novos questionamentos podem ser realizados, com o intuito de desenvolver análises críticas frente às ameaças onipresentes da reprodução da ideologia neoliberal: Vivemos de fato em um regime democrático? Quais as iniciativas tomadas em relação às universidades públicas diante da expansão do modo de produção capitalista contemporâneo, cujos efeitos atingem tanto o sistema educacional quanto a formação integral dos estudantes?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 23 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Reforma do Ensino Médio, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 23 de abril de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

COSTA, Martha. **Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XXI.** Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 37, p. 147-170, 2017.

Entenda por que o corte anunciado pelo MEC nas universidades federais é de 3,5%. **Jornal O Globo**, São Paulo, 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-por-que-corte-anunciado-pelo-mec-nas-universidades-federais-de-35-23658898>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da Educação Superior nos anos de Contra-revolução Neoliberal:** de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. 2005. 466 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

“Universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, diz ministro da Educação. **Revista Fórum Online**, São Paulo, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/universidades-devem-ficar-reservadas-para-uma-elite-intelectual-diz-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

VIANA, Sílvia R. **Rituais de Sofrimento.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.